**OS REFLEXOS DO DÉFICIT DIDÁTICO NA ATUAÇÃO DOCENTE**

**Antonio Aldair Neto**

Professor da Educação Básica

Escola Municipal “7 de Setembro”

[profaldairneto@bol.com.br](mailto:profaldairneto@bol.com.br)

**Resumo:** Neste artigo, ligado ao grupo de trabalho Pesquisas em formação de professores, didática, currículo, práticas pedagógicas e trabalho docente – aberto durante a realização do X FIPED (Fórum Internacional de Pedagogia), será apresentado o resultado de estudos e pesquisas que irão propiciar uma reflexão acerca dos reflexos do déficit didático na atuação docente - visível nas salas de aula de educação básica e, quando da atuação de bacharéis nos curso de graduação nas Universidades como um todo. Para tanto, buscamos discutir essa realidade, no intuito de mostrar a necessidade de maior compromisso do próprio docente para com os seus afazeres didáticos-metodológicos, bem como das instituições de ensino superior em relação ao desenvolvimento de um trabalho que vislumbre essas possiblidades sobretudo para os próprios egressos e, dessa forma, contemplar atividades dirigidas ao campo pedagógico o que acreditamos ser de grande valia – favorecendo mais segurança aos sujeitos que desempenharão tais funções, além de evitar problemas em escala maiores advindos do corpo discente destinado a receber tais atuações, seja na educação básica – seja na universidade. Cremos, com esta discussão, despertar quanto à necessidade de novos planos e/ou reformulações de ementas curriculares haja vista ser, esta temática, alvo de estudos e críticas há tempo, e mesmo sem configurar um elemento problemático em grande escala, tratá-lo com esmero se faz indispensável. Em síntese, constatamos e concordamos com a urgência de que tenhamos docentes melhor preparados e conhecedores dos mecanismos pedagógicos, o que certamente proporcionará melhor inserção dos sujeitos nesta sociedade excludente e de poucas oportunidades.

**Palavras-chave:** Práticas pedagógica. Docente. Formação.

**Introdução**

Partindo da assertiva de que o homem é um ser que busca insistentemente a mudança, a inovação, de modo que possa agir ativamente no processo de construção da sociedade que o rodeia, a existência de espaços educativos e a figura do professor – ícone do processo de transmissão de conhecimentos ao longo dos tempos – se tornaram parte de sua própria história.

Isso nos faz perceber que a existência de ambientes destinados ao repasse, absorção e produção de conhecimentos não é de hoje, inscrevem-se nesse quesito as escolas que acompanham todos os estágios da evolução humana – das formas de educação primitiva, mais informal aos nossos dias, através do modelo de educação ministrado na escola atual. Estas, cumprindo, ou devendo cumprir, um papel de manter a construção/disseminação do saber, proporcionando ao homem a capacidade de conviver bem na sociedade devendo, inclusive, transformá-la em consonância com o seu tempo.

Diante de tantos discursos, em relação às dificuldades com planejamento e execução das aulas, por parte de professores que adentram as escolas de educação básica e a própria universidade sem que tenham recebido a menor formação em pedagogia, é que se caracteriza a necessidade de uma maior atenção a esse caso. Afinal, o discurso aqui referido não é algo dos nossos dias – ele ecoa há muito tempo.

Dessa forma, acreditamos na possibilidade de poder contribuir com discussões mais avançadas sobre a realidade vivida por professores, cujo lapso de formação possa provocar problemas no processo de ensino de seus aprendizes, possibilitando um novo olhar sobre sua atuação, bem como a necessidade de um acompanhamento mais intenso pelos órgãos competentes – no sentido de lhes proporcionar a continuidade de estudos que compensem o possível déficit didático ocasionado pela sua área específica de formação o que poderá constituir problemas no encaminhamento didático/metodológico em sua atuação em sala de aula, levando-se em consideração não só a questão meramente escolar/educativa, mas o desenvolvimento técnico/cientifico e cultural do cidadão, enquanto agente/transformador do meio social em que vive.

Quando o assunto diz respeito ao processo de ensino aprendizagem, muitas discussões nos levaram a perceber que os professores, de modo geral, sempre carregaram o peso de uma responsabilidade e eles atribuída desde o surgimento das escolas, o papel de detentor do conhecimento e principal responsável por sua difusão. É sabido também que outros segmentos sociais poderiam e deveriam contribuir para com essa atividade, mas persiste entre muitos, ainda, o pensamento de que tais ensinamentos são restritos ao fazer docente, ou seja, leitura/escrita/expressão oral são tarefas do universo escolar e que não tem sentido se ensinados fora desta.

Com isso, somos levados a crer que sem profissionais bem formados para desenvolver suas atividades de ensino, muito provavelmente não teremos um maior número de indivíduos

que usufruam do conhecimento como verdadeiramente deveriam. Levados também – pelos

tantos discursos de autores que se dedicaram a entender os mecanismos de busca pelo conhecimento e ao processo de transmissão/mediação deste a tantos outros, nesse sentido inscrevem-se Rodrigues (2003); Perrenoud (2000); Brauer (2012); Antunes (2001); Candau (1999) entre outros que abordam questões relacionadas à formação e atuação no processo ensino aprendizagem e, nesse caso, inscrevem-se diretamente as escolas da Educação básica e a própria universidade, cujas unidades acreditamos estarem preparadas para esse fim.

**Um problema aparente**

É possível que o trabalho desenvolvido pelos professores – sobretudo advindos de cursos universitários – cujo grau obtido não contemple a licenciatura – onde se torna possível dedicar-se ao estudo de conhecimentos pedagógicos e didáticos – apresente dificuldades que, como nos diz Brauer (2012), possam provocar um duplo problema: contribuir para a frustração dos professores, além de se tornar parcialmente responsável pelas elevadas taxas de fracasso dos estudantes de licenciatura.

Com isso, possivelmente, o surgimento de outros problemas que visivelmente são perceptíveis por toda a sociedade, ou seja, indisciplina, evasão, repetência, mudança de cursos e, o mais grave: professores que, imbuídos da responsabilidade de ensinar, insistem na repetição daquilo que lhes fora ensinado pelos seus professores em tempo de escola. Assim, constrói-se uma sociedade que não entendeu a essência do processo de educação para seu povo, nem tampouco a importância de profissionais melhor preparados para atuação na continuidade formativa de sua gente.

É em Candau (1999), que lemos algo relativamente ligado ao que inspira a formação docente, quando revela que todo processo de formação de educadores inclui componentes curriculares orientados para o tratamento sistemático do “que fazer” educativo, da prática pedagógica; obviamente, os cursos que não tem como foco a formação docente, dificilmente contemplarão tais componentes curriculares embora haja uma forte migração de bacharéis e/ou tecnólogos para o campo da docência – seja na Educação básica ou mesmo na Universidade. Essa ascensão nos faz perceber – concomitantemente – os problemas aqui descritos em consequência do déficit preparatório específico para atuação nesta área. Forma-se assim, um círculo vicioso de um processo que poderá apresentar falhas e/ou atrasos por todos os lados. É possível que os “professores” envolvidos em tais situações estejam levados

apenas pelas questões financeiras, algo ainda mais comum em tempos de difícil acesso ao

emprego ligado à sua formação, ou ainda ocupando espaços nos chamados cargos temporários onde certas graduações e/ou escolas de ensino básico permitem a atuação de profissionais de áreas diversas. Isso já nos faz notar uma distorção de função quando nos deparamos com alguns quadros funcionais hoje.

É possível que mesmo diante da existência de ementas e planos de ensino para os docentes atuantes em qualquer modalidade, estes sejam apenas para cumprimento de uma norma escolar, não passando por uma supervisão mais rígida e nem mesmo por uma discussão mais avançada entre os próprios agentes responsáveis por sua colocação em prática, os professores.

**Entendendo o processo**

Quando sentimos a necessidade de rever a formação e atuação docente mesmo que na atualidade, faz-se necessário voltarmos no tempo para entendermos como esse processo fora iniciado/estruturado para compreendermos alguns conceitos que, aparentemente, ainda se sustentam em tempos modernos.

É Pachane (2009) que coloca como marco do início da formação superior no Brasil a atuação do Colégio Jesuíta da Bahia no ano de 1572, cujo desenvolvimento se deu eficazmente somente a partir de 1808, com a vinda do Rei D. João VI ao Brasil. Outros cursos considerados como necessários ao Estado foram surgindo – tendo por modelo a Universidade de Coimbra – o que perdura até o início da década de 1930. Importante ressaltarmos que pelo modelo existente na época, já preocupado com a profissionalização docente, apenas a mera transmissão de conhecimento por um detentor deste caracterizava o processo de ensino. Com isso, as aulas expositivas e palestras se sobressaem tendo, provavelmente, como objetivo, capacitar seus discentes a repetir, na mesma escala, o que aprenderam uma vez ocupantes do cargo docente.

Percebe-se que não havia uma preocupação com a pedagogia para aqueles que desenvolveriam mais tarde o ato do ensino, embora saibamos que o professor deve ter competência pedagógica. Sendo esta a ciência que estuda o processo educacional (teoria, prática e pesquisa), fica, portanto, inimaginável, o ensino dissociado da pedagogia. É neste contexto que se insere a Didática, que tem por compromisso desencadear processos buscando a qualidade do ensino, propagado por todos os setores da sociedade. Com isso, abre-se o leque de competências ao professor – perpassando o universo de mero transmissor de

conhecimentos. Libâneo (2002), nos chama atenção para o verdadeiro papel docente:

[...] planejar, selecionar e organizar os conteúdos, programar tarefas, criar condições de estudos dentro da classe, incentivar os alunos para o estudo, ou seja, o professor dirige as atividades de aprendizagem dos alunos a fim de que estes se tornem sujeitos ativos da própria aprendizagem. Não há ensino verdadeiro se os alunos não desenvolvem suas capacidades e habilidades mentais, se não assimilam pessoal e ativamente os conhecimentos ou se não dão conta de aplicá-los, seja nos exercícios e verificações feitos em classe, seja na prática da vida. (LIBÂNEO, 2002. p. 08).

Nota-se com isso, um vínculo entre educação e sociedade numa busca constante por propósitos sociais e políticos que possam tornar o homem (estudante) criativo e crítico para atuar nesta mesma sociedade. Essa ideia difundida, sobretudo, pelos contemporâneos Libâneo e Saviani - nos remete ao que Rodrigues (2003) define como “Escola necessária”, a que por ser democrática, prepara os indivíduos para a democracia – sendo instituição de cultura, socializa o saber, a ciência, as técnicas e as artes produzidas socialmente, mantendo-se aberta à realidade social. Partindo dessa ideia, a “Escola necessária” exigirá um educador necessário, e para isso Rodrigues (2003, p. 65) afirma que: “[...] ele deve estar comprometido politicamente com a sua tarefa de educador. Esse comprometimento exige que as pessoas tenham consciência da responsabilidade que lhe foi confiada”.

Levados por essa questão e, ainda tendo conhecimento de tantas situações em que a há fracassos escolares e/ou frustrações profissionais seja na Educação básica ou na Universidade, é que se intensifica a importância do conhecimento didático por todos aqueles que assumem o papel de docente, visto que esta tem por objeto de estudo o processo de ensino aprendizagem. É a partir do conhecimento da didática que se torna possível refletir sobre questões eminentemente ligadas ao fazer educativo, tais como: A quem ensinar? O quê? Como? E por quê? Essas indagações levarão o profissional a percorrer caminhos mais viáveis à melhor condução de suas atividades pedagógicas. Perrenoud (2000) contribui com essa discussão quando nos alerta para o fato de que:

A competência dos professores é tomar consciência lúcida das situações e assumir suas responsabilidades sem ultrapassar seu mandato. Pode-se desejar-lhes retidão, coragem, otimismo e mil outras qualidades. Sem esquecer que competências de análises, de descentralização, de comunicação, de negociação são também indispensáveis para navegar, dia após dia, nas contradições de nossos sistemas sociais. (PERRENOUD, 2000. p. 154).

Isso nos remete ao fato de que o profissional docente – principalmente advindo de cursos quer não licenciaturas, poderá apresentar dificuldades quanto ao desenvolvimento de suas funções em sala de aula. Candau (1999) corrobora com esse pensamento quando afirma que o domínio de conteúdos e a aquisição de habilidades básicas para cada situação concreta de ensino, constituem problemas fundamentais para toda proposta pedagógica. A formação universitária por muito tempo visou à formação para atendimento às necessidades do Estado como já citamos anteriormente e, a legislação que trata da abertura de cursos de pós-graduação que permitiram a indissociabilidade entre ensino e pesquisa só veio com a Lei 5.540/68.

Nesta Lei, encontramos exigências para o desempenho da função docente onde os títulos de Especialistas, Mestres e Doutores são notadamente vinculados, porém antes mesmo da sanção da Lei 9.394/96, a exigência de disciplinas pedagógicas fora suprimida da formação, mesmo estando os concluintes “habilitados” para o exercício do Magistério. O que temos de fato, hoje, deixa evidente, em muitas situações, um déficit didático no desempenho da função docente na Universidade e fora dela.

Gil (2010) nos diz que:

[...] a maioria dos professores universitários não dispõe de preparação pedagógica. [...] muitos professores universitários exercem duas atividades: a de profissional de determinada área e a de docente, com a predominância da primeira. Por essa razão, tendem a conferir menos atenção às questões de natureza didática que os professores dos demais níveis, que são os que receberam sistematicamente formação pedagógica (GIL, 2010. p. 5).

Por esta razão, não é difícil encontrarmos, sobretudo, nos cursos de bacharelado e/ou tecnólogos a atuação de egressos dos próprios cursos universitários – agora em frente aos novos alunos, no papel de docente, sem conhecimento didático-pedagógico e com disciplinas diferenciadas para uma atuação instantânea – apenas levados pela ideia primeira de que “quem sabe, sabe ensinar”.

Brauer (2012) nos diz que a profissão de professor universitário faz parte das poucas funções para as quais não há controle de qualidade do trabalho efetuado. Isso vai exigir do profissional uma reflexão constante sobre o seu fazer em sala de aula, já que conforme Libâneo (2002), o trabalho docente é uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade. Ou seja, é preciso pensar nos reflexos práticos do que se ensina, dentro do processo transformador da sociedade em que vivemos.

**Considerações Finais**

É importante perceber que mudanças significativas vêm ocorrendo nesse intento, estas partem da busca permanente por qualificação pelo próprio profissional através de sua formação continuada e, pela oferta de cursos de pós-graduação (ou não) que tem em seu currículo a oferta de conhecimentos pedagógicos. Antunes (2001. p. 07) discorre que: “Os tempos de agora são outros. Não necessariamente melhores ou piores, mas indiscutivelmente

diferentes”. Isso vai exigir profissionais competentes e atualizados com as funções que desempenham em qualquer setor da sociedade e, a educação, não diferentemente dos demais, a nosso ver, tem maior necessidade dessa mudança visto que continua preparando os indivíduos para a vida em meio ao mundo do trabalho, da tecnologia, informação, da diversidade e da cidadania.

Nessa linha de pensamento, Freire (2015, p. 40) nos fala sobre a importância da reflexão crítica que deve ser feita pelo professor: “[...] o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática, é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Repensar a formação docente e/ou as exigências para seleção e colocação de profissionais no quadro docente de escolas da Educação básica à Universidade, a nosso ver, deve exigir condições favoráveis ao desempenho de aulas com maior qualidade o que, consequentemente, corroborará para melhor satisfação e aprendizagem dos tantos estudantes que ocupam as cadeiras destas instituições escolares espalhadas por nosso país.

**Referências**

ANTUNES, C. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL – Presidência da República - Lei 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> - Acesso em 03 de setembro de 2017.

BRASIL – Presidência da República – Lei 5.540/68 – Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68> - Acesso em 03 de setembro de 2017.

BRAUER, M. **Ensinar na universidade**: conselhos práticos, dicas, métodos pedagógicos. Tradutor: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão**. 17ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 50ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

GIL, A. C. **Didática do Ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática: velhos e novos temas**. Goiânia: Edição do autor, 2002. 134 p.

PACHANE, G. G. **Formação de professores para a docência**: uma introdução histórica. Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista. Ano VII. Nº 12. pp. 25-42. 2009.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegra: Artes Médicas, 2000.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária**. 11ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época. v. 54).